

Mal estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir

Pedro F. Bendassolli

Professor Adjunto I no Departamento de Psicologia da UFRN. Pós-doutor pela Université Paris 9. Doutor em psicologia social pela USP

End: Av. Senador Salgado Filho, s/n, Campus Universitário 59078-970 – Natal – RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Psicologia

E-mail: pbendassolli@gmail.com

Resumo

A segunda metade do século passado é a época da institucionalização do tema do sofrimento no trabalho, especialmente o de natureza mental. Porém, mais do que uma categoria psicológica, o sofrimento parece ter se transformado em uma nova chave para se discutir o trabalho, seu significado, seu valor e sua função na compreensão da subjetividade, como também do modo como se estruturam os laços sociais e se vive em sociedade. Se, de um lado, não parece restarem dúvidas de que o sofrimento no trabalho, como modalidade de mal estar, é uma categoria analítica que norteia a ação de diversos atores que pesquisam e intervêm nesse campo, de outro, parece menos comum a existência de debates sobre a natureza, as razões e implicações dessa tomada de posição diante do sujeito e o trabalho. O objetivo deste artigo é contribuir nessa direção. Argumenta-se que a retórica do sofrimento posiciona o sujeito como um ser

vulnerável que necessita de contínuo subsídio e apoio para agir, ao passo que o próprio trabalho é concebido como uma ameaça. O artigo realiza uma discussão sobre as possibilidades que se abrem a partir de um deslocamento do sujeito do sofrimento para o sujeito da ação, e do trabalho como fator de adoecimento para o trabalho como atividade criadora.

Palavras-chaves: Trabalho e Subjetividade. Mal estar no Trabalho. Clínica da Atividade. Psicologia da Ação. Psicologia do Trabalho.

Abstract

The second half of the 20th century is the time of the institutionalization of suffering at work, and especially of mental suffering. However, more than a psychological category, suffering appears to have become a new key for the discussion of work, its meaning, its worth, and its purpose in the understanding of subjectivity, as well as for how social ties are structured and how one lives in society. If, on the one hand, there seems to be no doubt left that suffering at work, as a form of malaise, is an analytical category that drives the actions of several actors that study and intervene in this field, on the other hand the presence of debate on the nature, reasons and implications of this taking of sides before the subject and work appears to have become less commonplace. The purpose of this paper is to offer a contribution in this direction. We argue that the rhetoric of suffering positions the subject as a vulnerable being that needs constant input and support to act, while work itself is conceived of as a threat. The article discusses the possibilities created by a shift from the subject of suffering to the subject of action, and from work as a disease factor to work as a creative activity.

Keywords: Work and Subjectivity. Ill-Being at Work. Activity Clinic. Psychology of Action. Psychology of Work.

Resumen

La segunda mitad del siglo pasado es la época de la institucionalización del tema del sufrimiento en el trabajo, en

especial lo de naturaleza mental. Pero, más do que una categoría psicológica, el sufrimiento parece haberse vuelto en una nueva clave para se discutir el trabajo, su significado, su valor y su función en la comprensión de la subjetividad, sino también del modo como se estructuran los lazos sociales y como se vive en sociedad. Si, por un lado, no parece haber dudas de que el sufrimiento en el trabajo, como modalidad de malestar, es una categoría analítica que guía la acción de diversos actores que investigan y intervienen en este campo, por otro parece menos común que haya debates acerca de la naturaleza, las razones e implicaciones de esa toma de decisión delante del sujeto y el trabajo. El objetivo de este artículo es contribuir en esa dirección. Argumentase que la retórica del sufrimiento posiciona el sujeto como un ser vulnerable que necesita de continuo subsidio y apoyo para actuar, al paso que el propio trabajo es concebido como una amenaza. El artículo presenta una discusión sobre las posibilidades que se abren a partir de un desplazamiento del sujeto del sufrimiento para el sujeto de la acción, y del trabajo como factor de adolectamiento para el trabajo como actividad creadora.

Palabras clave: Trabajo y Subjetividad. Malestar en el Trabajo. Clínica de la Actividad. Psicología de la Acción. Psicología del Trabajo.

Résumé

La seconde moitié du dernier siècle est la période de l'institutionnalisation du thème de la souffrance au travail, notamment de nature mentale. Cependant, plus qu'une catégorie psychologique, la souffrance semble avoir été érigée en concept clé pour discuter le travail, son sens, son valeur et son rôle dans la compréhension de la subjectivité, ainsi que pour comprendre la façon dont se structurent les liens sociaux. Au même temps que la souffrance au travail, comme une modalité du malaise, est une catégorie analytique qui guide l'action des différents acteurs qui recherchent et interviennent dans ce domaine, les débats autour de la nature, les raisons et les conséquences de cette prise de position sur le sujet et le travail semblent être moins visibles. Cet article essaie de contribuer à ce débat. On avance l'hypothèse que la rhétorique de la souffrance s'appuie sur une conception du sujet

comme un être vulnérable, qui a besoin d'être toujours soutenu pour agir, tandis que le travail lui-même est conçu comme une menace. On fait une discussion sur les possibilités qui s'ouvrent lorsque on se déplace du sujet de la souffrance vers le sujet de l'action, et du travail comme facteur de maladie vers le travail comme activité créatrice.

Mots clés: Travail et Subjetivité. Malaise au Travail. Clinique de L'activité. Psychologie de l'action. Psychologie du Travail.

Introdução

A história do trabalho no ocidente revela uma grande amplitude de significados que lhe atribuíram, conforme a época. Além de seu elemento semiótico, esses significados incluem também formas distintas de valorização. Por exemplo, no pensamento antigo, o trabalho tendeu a ser mantido em um ponto baixo da escala de valores e prioridades culturais. No contexto grego, o trabalho era associado, em primeira instância, à reprodução da vida (sobrevivência), atividade predominantemente feita por escravos no domínio privado da casa. Em segunda instância, o trabalho era associado à atividade manual, como dos pequenos artesãos. Embora, neste caso, seu valor fosse maior do que no anterior, ainda assim não representava atividade digna de ser apreciada no nível de outras tais como o exercício da filosofia, das artes e da política (ANTHONY, 1977; MOSSÉ, 1969). Certamente nos vêm deste período representações ainda hoje vivas do trabalho, como as que separam trabalho manual e trabalho intelectual, ócio *versus* neg(ócio) e a conotação de penosidade associada ao desgaste do corpo.

Se, no contexto antigo, o trabalho deveria ser contido pela dedicação preferencial (para quem podia, obviamente) às artes e à filosofia, isto é, à vida contemplativa, na tradição seguinte, a judaico-cristã, algo deste gênero foi preservado. A diferença, neste caso, é que o trabalho deveria ser contido pela dedicação ao cultivo da alma (LE GOFF, 1980). O personagem paroxístico do período era o monge, para quem o trabalho possuía um valor moral associado à manutenção da subjetividade religiosa: ao trabalhar, o sujeito ocupava sua mente e, desta forma, evitava o desvio ou o

que se entendia no período como acédia: a preguiça, o tédio, o vazio e a falta de vontade do espírito em dedicar-se às obras de Deus (LUCIANI-ZIDANE, 2009). É preciso reconhecer que esta tradição recuperou alguma positividade ao trabalho, notadamente ao situá-lo no campo da ação divina: pelo trabalho, tanto Deus como o homem constroem e mantêm o mundo. Todavia, interpretações difusas e ambíguas sobre o trabalho se disseminam no período, especialmente graças a distintas leituras da Bíblia, onde ora o trabalho era fator de libertação, ora de castigo, pena e forma de expiação do pecado original.

Algo de importante começa a mudar nas representações históricas do trabalho com o advento do protestantismo. A ética protestante, como mostrou Weber (2004/1905), insuflou o nascimento do capitalismo, alterando profundamente os repertórios de significado até então disponíveis sobre o trabalho. De fato, a sociedade industrial que desponta na virada do século dezoito é, na sua essência, uma sociedade do trabalho, na qual este se transforma numa dimensão econômica e social central e num tema de inquestionável relevância para pensarmos a própria condição humana (ARENDT, 2000/1958). Naturalmente, há, nisto, a contribuição das ciências humanas e sociais, que desenvolveu, no decorrer dos últimos dois séculos, uma infinidade de teorizações acerca do valor, do significado, do papel, dos problemas e dos dilemas do trabalho na existência humana.

Desta infinidade, gostaríamos de assinalar uma em particular. Trata-se das teorizações que apontam para certo mal estar presente na experiência do sujeito com seu trabalho no contexto industrial e, mais recentemente, pós-industrial. Há certa concordância quanto aos efeitos deletérios, alienantes, destrutivos e perniciosos dessa experiência. Evidentemente, relatos de que o trabalho destrói o próprio homem não são privilégio do capitalismo – ao menos no plano das ideias, o ocidente, como vimos, criou diversas representações para se referir a essa faceta negativa do trabalho, muitas delas associadas à dor, pena e ao castigo. Contudo, é no período moderno que se nota com mais intensidade a insistência na ideia de que algo vai muito mal com o trabalho, de que o mal estar na civilização é, na verdade, um mal estar do trabalho. O surgimento da psicopatologia do trabalho (BILLIARD,

2001) é, podemos dizer, o sintoma maior desse diagnóstico.

A segunda metade do século passado é a época da institucionalização do tema do sofrimento no trabalho, especialmente o de natureza mental. Um vetor importante para isto foi, certamente, a psicologia do trabalho. Essa disciplina, em interface com outras tais como a psicopatologia, a ergonomia, a medicina do trabalho, a sociologia, criou um repertório conceitual e metodológico para lidar com as desordens no trabalho (ASKENAZY, 2004) que se disseminou para além de suas próprias fronteiras, atingindo a esfera das instituições formuladoras de políticas sociais e também a esfera de ação dos atores diretamente envolvidos com a gestão do trabalho, seja este em organizações “tradicionais” (empresas privadas), em instituições em sentido amplo (hospitais, escolas, presídios, instituições públicas etc.), como também em outros arranjos produtivos (por exemplo, no setor informal). Um ponto em comum: o diagnóstico de que o trabalho causa sofrimento aos sujeitos, um sofrimento que, além de dizer respeito ao sujeito psíquico (saúde mental), desdobra-se em questões de injustiça social, de saúde pública e de bem-estar/qualidade de vida (EHRENBERG, 2010; CLOT, 2010). Ou seja, mais do que uma categoria psicológica, o sofrimento parece ter se transformado em uma nova chave para se discutir o trabalho, seu significado, seu valor e sua função na compreensão da subjetividade, como também do modo como se estruturam os laços sociais e se vive em sociedade.

Se, de um lado, não parece restarem dúvidas de que o sofrimento no trabalho, como nova modalidade de mal estar, é uma categoria analítica que norteia a ação de diversos atores que pesquisam e intervêm nos contextos de trabalho, de outro, parece menos comum a existência de debates sobre a natureza, as razões e implicações dessa tomada de posição diante do sujeito e o trabalho. O presente artigo pretende contribuir nessa direção. Nossa objetivo geral é discutir alguns elementos teóricos que nos permitem analisar essa entrada em cena da categoria sofrimento como via de compreensão do sujeito e do trabalho na atualidade, e explorar algumas implicações de seu uso.

Para alcançarmos tal objetivo, utilizaremos duas chaves de leitura. A primeira é representada por um trabalho recente de Alain

Ehrenberg, sociólogo francês que discute a emergência do que ele denomina de “retórica do sofrimento psíquico”, contextualizando esta última na perspectiva das profundas transformações dos conceitos de subjetividade e autonomia na contemporaneidade (EHRENBERG, 2010). Com base na leitura de Ehrenberg, analisaremos a hipótese de que o sofrimento faz parte do jogo de linguagem da saúde mental, um jogo que se tornou, na atualidade, o ponto de referência para se discutir a questão do agir e da ação, bem como dos problemas, dilemas e conflitos gerados por um novo regime de autonomia que se segue a certas transformações institucionais e normativas das sociedades ocidentais. Tais transformações envolvem um deslocamento progressivo de responsabilidades sobre o próprio indivíduo, fomentando a ideia, criticada por Ehrenberg, de que os vínculos sociais estão se desfazendo e novas patologias estão surgindo como consequência. É por essa razão que a retórica do sofrimento é vinculada à questão social (DE KEYSER & NYSSEN, 2006).

A segunda chave é representada por um trabalho recente de Yves Clot, psicólogo francês e principal representante da abordagem conhecida como clínica da atividade (CLOT, 2010). Este autor analisa a retórica do sofrimento especificamente nos contextos de trabalho e denuncia o modo como ela, indiretamente, transforma o sujeito em agente passivo das circunstâncias. O sujeito do sofrimento no trabalho é, para Clot, o homem compassionai (ALLONNES, 2008): esvaziado de seu poder de agir e entregue à tutela de especialistas do cuidado – numa espécie de higienismo renovado. Com base nas ideias de Clot, desenvolveremos a hipótese de que o sofrimento no trabalho é causado, principalmente, pela amputação do poder de agir do sujeito, e não pela incapacidade deste último de fazer face às exigências da organização do trabalho. Em vez de analisar o trabalho a partir da ótica dos riscos psicossociais, bem como de uma perspectiva de clínica da victimização, Clot propõe uma recuperação do sujeito da ação. Neste ponto, como analisaremos no artigo, pode-se vislumbrar uma forma distinta de conceber o trabalho, o sofrimento e a saúde que supera, em nossa visão, alguns dilemas engendrados pela retórica do sofrimento.

Em termos práticos, o artigo está estruturado em quatro

partes, além desta introdução. Na primeira, fazemos um inventário dos grandes traços do mal estar no trabalho, tal como podemos encontrá-los em alguns estudos e pesquisas sobre o tema. Na segunda parte, dedicada à apresentação do quadro analítico de suporte, descrevemos as duas chaves de leitura da retórica do sofrimento no trabalho, sinalizadas anteriormente. Na terceira parte, realizamos uma comparação entre ambas as chaves de leitura, buscando extrair uma síntese com implicações para a compreensão do tema do sofrimento e sua relação com o trabalho a partir de uma perspectiva do sujeito da ação. Por último, na quarta parte analisamos alguns elementos do cenário da psicologia do trabalho brasileira concernentes à temática do sofrimento, concluindo com a sugestão de se pensar esse campo a partir dos subsídios de uma psicologia da ação no trabalho.

Delineando o mal estar no trabalho

De que tipo ou natureza é o sofrimento no trabalho? Nas últimas décadas, uma parcela importante da literatura da psicologia do trabalho tem se dedicado à análise desse tema, atrelada a pesquisas orientadas por uma agenda bem ampla de interesses, bem como por distintas preferências teóricas e metodológicas. Entre alguns dos muitos focos de investigação, podemos pensar na ampla questão das causas ou facilitadores para a emergência do sofrimento no trabalho (por exemplo, as condições e a organização do trabalho), nas formas de intervenção e de suporte ao trabalhador e nas novas patologias associadas às mutações no mundo do trabalho, das organizações e da gestão. Em função de nosso espaço, não temos condições aqui de uma revisão exaustiva dessa imensa literatura. Assim, tendo em vista nosso propósito, que é o de debater especificamente as condições de emergência desse tema e suas implicações em termos de nosso modo de pensar o sujeito e o trabalho na contemporaneidade, faremos, nesta seção, uma apreciação esquemática e certamente parcial de algumas modalidades de sofrimento no trabalho identificadas na literatura, a qual servirá de ponto de partida para as nossas análises.

Uma tipologia de sofrimentos emergentes no mundo do trabalho é proposta por Lhuillier (2009), e é nela que vamos nos basear para o delineamento deste tópico. A autora divide tais sofrimentos,

ou patologias, em três grandes tipos: as patologias da atividade impedidas ou “aprisionadas”; as patologias da solidão e da equivocidade no trabalho; e as patologias dos maus-tratos e da violência. Em comum, aponta Lhuilier, essas patologias emergem num contexto de desequilíbrio entre, de um lado, as crescentes exigências e pressões do mundo do trabalho e, de outro, a redução dos meios e dos recursos para o sujeito fazer face a elas. Um quarto tipo de patologias que gostaríamos de sugerir são as patologias da *performance*. Vejamos, sumariamente, cada um desses tipos a seguir.

A atividade “aprisionada” (LHUILIER, 2009) diz respeito às patologias de sobre-carga, tais como as diversas famílias de transtornos músculos-esqueléticos (sobrecarga física), *stress*, *burnout*, *haroshi* (DEJOURS, 2000). É importante dizer que a ergonomia tem um importante papel na identificação e classificação de diversas formas de sofrimento físico e mental associadas à carga de trabalho. Já patologias da atividade impedida estão ligadas a situações de “des-obraamento” imposto – por exemplo, no desemprego. Sem trabalho-atividade, o sujeito não pode provar aos outros e a si mesmo seu valor. Como consequência, abre o caminho para processos de intensa desvalorização pessoal. Importante, aqui, é capturar o significado de trabalho presente nessa leitura do sofrimento. Definido como atividade (CLOT, 1999; LHUILIER, 2006), o trabalho diz respeito ao confronto do sujeito com o real, sendo o meio pelo qual ele consegue se inscrever numa obra coletiva e, ao mesmo tempo, personalizar-se. Portanto, toda forma de impedimento da atividade induz a uma imobilização do dinamismo interno do sujeito, de sua energia vital. Desprovido do objeto em que investir esta última, o sujeito se esvazia, se retrai, perde a experiência do significado. Na clínica da atividade, quando isto ocorre, se diz que o sujeito foi privado de seu poder de agir (CLOT, 1999, 2008, 2010). Lhuilier observa, por fim, que a inatividade imposta leva à perda dos suportes subjetivadores do sujeito: perda de seu corpo, no sentido de bloquear o processo de investimento da energia e da pulsão; perda da intersubjetividade, na medida em que, como atividade coletiva, o trabalho coloca o sujeito no circuito das trocas interpessoais.

O segundo grande conjunto de patologias ou formas de sofrimento são as patologias da solidão e da equivocidade no

trabalho (LHUILIER, 2009). O ponto essencial aqui é a tese da pre-cariedade dos coletivos de trabalho. Há uma individualização dos percursos profissionais, notadamente graças às novas modalidades de gestão de pessoas, tais como remuneração individualizada (baseada em metas individuais), desenvolvimento individual de carreira, avaliação de desempenho individual, ameaças de rebatimento e demissão, entre outras. Com a fragilização dos coletivos de trabalho, o sujeito perde a possibilidade de participar de espaços de debate e discussão sobre os critérios de um trabalho bem feito (CLOT, 2008, 2010). Sem tais critérios coletivamente compartilhados, o sujeito fica em contínua dúvida e dilema sobre como realizar seu próprio trabalho. Mais do que isso, o sujeito é privado do reconhecimento pelo outro.

Quanto à equivocidade do trabalho, o aspecto observado por Lhuillier é de que há uma crescente dificuldade, nos novos contextos de trabalho, de se determinar os meios e os fins da ação. Usando como exemplo o trabalho no setor de serviços, a autora destaca a ambiguidade que emerge da relação do trabalhador com o cliente: o que espera este último? Como avaliar a qualidade do trabalho? A quais demandas responder? Clot (2010), nessa mesma direção, observa que essa indeterminação dos critérios de qualidade na relação de serviço é um importante foco de dilemas e conflitos. Por último, Lhuillier identifica outro importante gerador de sofrimento no trabalho: a negação do “real” do trabalho e, como consequência, uma disjunção entre o trabalho que o sujeito realiza e aquele que gostaria de realizar. Este é o caso, por exemplo, dos trabalhos invisíveis: ocupações em que há uma negação do trabalho do outro e um apagamento do sujeito que trabalha. Trata-se de uma espécie de sofrimento moral (RENAULT, 2008), na medida em que o sujeito não é reconhecido como um sujeito moral – e isto, em parte, pelo fato de engajar-se em um trabalho não valorizado socialmente ou pelo fato de simplesmente não ter um trabalho.

O terceiro tipo de patologias descrito por Lhuillier (2009) é o das patologias dos maus-tratos e da violência. Trata-se do sofrimento que se origina da ausência de mediações entre os sujeitos no trabalho. Como consequência, as relações de poder não são contidas por parâmetros coletivos e institucionais, transformando o trabalho em um exercício de força em que vence o mais

forte. Um dos principais sofrimentos nesta modalidade é o assédio moral (HIRIGOYEN, 1998). Neste tipo de sofrimento, um sujeito usa da prerrogativa de sua posição para colocar outro sujeito em situações-limite, tais como exigir deste último um desempenho incompatível com suas possibilidades, humilhá-lo pelo fato de não conseguir corresponder ao desejo de excelência em questão (AUBERT & GAULEJAC, 2007), ou mesmo maltratá-lo simbólica ou fisicamente. Além do assédio moral, Dejours (2000), por exemplo, destaca a existência de diversas outras patologias envolvendo formas de heteroagressividade (vandalismos, incêndios, sabotagens, erros intencionais) e também de autoagressividade, as quais podem levar inclusive ao suicídio. Dejours também destaca as afecções pós-traumáticas que acometem trabalhadores vítimas de acidentes, assumindo a forma de neuroses de trabalho (comportamentos estereotipados, ansiedade, atitudes persecutórias etc.), síndromes pós-traumáticas e sinistrose.

Intimamente ligado ao grupo anterior, um último tipo são as patologias da *performance*. Uma primeira forma de sofrimento é o sentimento de incompetência que o indivíduo pode sentir quando não atinge os patamares de excelência que lhe são exigidos ou que ele exige de si próprio, ou então quando faz um trabalho mal feito ou com qualidade inferior à desejada/exigida. Este seria um sofrimento relacionado à estima de si ou às patologias do ideal (EHRENBERG, 2010). Outra forma de sofrimento emerge das diversas possibilidades de conflitos de critérios de desempenho – o que o “cliente” deseja nem sempre é equivalente ao que o chefe deseja, ou um colega de trabalho. A psicossociologia, especialmente francesa, tem, há algum tempo, identificado diversas outras formas de sofrimento associados ao trabalho: por exemplo, a “insuficiência” do sujeito do culto da performance (EHRENBERG, 1995) ou do culto da urgência (AUBERT & ROUX-DUFORT, 2004); o sofrimento decorrente de uma lógica gerencial contraditória, exigindo, ao mesmo tempo, participação e iniciativa do trabalhador e conformidade e adesão à cultura da organização (FREITAS, 2005); o sofrimento associado à “captura” da subjetividade como nova forma de dominação (GAULEJAC, 2005); o sofrimento ligado às contradições da “hipermoderneidade” (AUBERT, 2010).

Em síntese, o sofrimento no trabalho pode ser compreen-

dido a partir das várias dimensões sobre as quais ele incide ou é pensado: (i) do corpo (lesões, fadiga, carga excessiva de trabalho, riscos ou ameaças à saúde, etc.); (ii) do psiquismo ou da subjetividade (*stress, burnout, transtornos mentais, enfraquecimento ou aniquilação do poder de agir do sujeito etc.*); (iii) do relacionamento entre os sujeitos (falta de reconhecimento, enfraquecimento dos coletivos de trabalho, empobrecimento das relações afetivas, competição exacerbada, etc.); (iv) da perspectiva do sujeito moral (assédio, dominação de classes, exclusão social, invisibilidade social, etc.); e (v) do ponto de vista do próprio trabalho (atividade impedida, esvaziada ou suspensa; perda do significado ou da função psicológica do trabalho; ausência de atividade). Seja qual for sua dimensão de análise ou de incidência, a retórica do sofrimento no trabalho assume, em linhas gerais, ora um tom de denúncia social, ora clínico, embora, como veremos na sequência, ambas não sejam mutuamente excludentes.

Um quadro de análise do mal estar no trabalho

Nesta seção, sintetizamos e discutimos as principais contribuições de Ehrenberg (2010) e Clot (2010) para nossa compreensão da retórica do sofrimento no trabalho. Como mencionado na introdução, utilizaremos as ideias destes dois autores como chaves de leitura para a reflexão do tema. Além de bastante atuais e intrigantes, as análises feitas por ambos nos ajudam no desafio de tentar compreender, por meio do tema do sofrimento, as transformações na experiência do sujeito com o trabalho na atualidade.

A sociedade do mal estar e a nova gramática da ação

O último livro de Ehrenberg (2010) aparece duas décadas anos após seu primeiro e influente trabalho, dedicado à análise do que ele denomina de o culto da performance (EHRENBERG, 1991 – recentemente traduzido para o português), seguido de outros dois nos quais analisa o reverso desse mesmo culto, especificamente a depressão (1995, 1998). O objetivo geral de sua última obra

é entender as transformações que fizeram com que as noções de subjetividade e autonomia se convertessem em conceitos-chaves nas sociedades ocidentais, francesa em particular. O autor busca clarificar o fato de as relações sociais em nossa época serem apresentadas na linguagem do afeto, criando uma polarização entre o mal do sofrimento psíquico e o bem do desenvolvimento pessoal e da saúde mental. Ambos, bem-estar e sofrimento psíquico, fazem menção às tensões e dilemas de uma vida social organizada em referência à obrigação de ser autônomo, isto é, a uma alteração profunda nas relações entre o agente e a ação.

Para Ehrenberg (2010), o mal estar na civilização (à francesa, pelo menos) se Résumé, hoje, à questão do sofrimento psíquico e à ideia de que o laço social está se rompendo, com a consequente transferência de responsabilidades e de inúmeras provas de superação para o próprio indivíduo. Como consequência, o cuidado com a subjetividade e a ancoragem na autonomia alimentam a idéia de que nossas sociedades atravessam um triplo processo: um, de desinstitucionalização (entendida como ruptura do pacto civilizacional – DUFOUR, 2003; MELMAN, 2002); outro, de psicologização (GAUCHET, 2002); e um terceiro, de privatização da existência (declínio do homem público e surgimento do narcisismo de massa – Sennett, 1979; Lasch, 1981). Ehrenberg tenta argumentar que essa leitura é um traço típico das sociologias individualistas, em contraposição às quais ele propõe uma sociologia do individualismo – baseada em duas teses: primeira, em qualquer sociedade, seja ela individualista ou não, há instituições e, portanto, a ação humana sempre é mediada; segundo, a ideia de saúde mental constitui um novo jogo de linguagem que permite falar e agir sobre os problemas e conflitos suscitados por um novo regime de autonomia.

Não temos condições, neste espaço, de apresentar as ideias de Ehrenberg (2010) em seus pormenores, de sorte que vamos nos ater ao essencial de sua argumentação, tendo em vista os propósitos deste artigo. Nesse sentido, propomos trabalhar dois tópicos principais de sua obra, sendo eles: (i) sua análise sobre as mutações no que ele denomina de regime da autonomia; e (ii) sua interpretação da retórica do sofrimento, notadamente no caso do sofrimento ou mal estar no trabalho.

Mutações no regime da autonomia

Ehrenberg (2010) identifica duas grandes configurações para a autonomia, cada uma delas remetendo a universos culturais diferentes: a primeira é observada no contexto norte-americano, denominada pelo autor de autonomia como condição; a segunda é encontrada no ambiente francês, e ele a denomina de autonomia como aspiração. Para Ehrenberg, ambas as configurações da autonomia estão em crise na atualidade, embora as propostas para sua reparação sejam diferentes conforme aqueles dois contextos. Particularmente no caso francês, que é o pano de fundo do autor, a crise da autonomia como aspiração, juntamente com uma crise na representação coletiva da igualdade, é que abrem as portas para a emergência da retórica do sofrimento. Vejamos isso a seguir.

Primeiro, a questão da autonomia como condição. Aqui Ehrenberg (2010) pensa no caso norte-americano, numa leitura muito inspirada em Tocqueville. O individualismo americano, observa o autor, é construído de acordo com a crença na autonomia do indivíduo (seu *self*). O indivíduo, na cultura puritana norte-americana, é um sujeito independente e livre para escolher seu próprio caminho, sua própria auto-realização pessoal (*self-fulfillment*). Como diz Ehrenberg, o indivíduo é uma instituição, suspeitando de qualquer forma de controle, especialmente público ou estatal. Contudo, esse esquema de agentes livres e independentes entra em crise à medida que a sociedade americana se torna mais complexa, especialmente com o fim das pequenas propriedades e a necessidade de as pessoas trabalharem para as grandes corporações que emergem na segunda metade do século vinte.

A partir dos anos 1970, a crise da representação do indivíduo livre e autônomo se agrava. Como consequência, surgem as novas patologias narcísicas, tais como depressão, estados-limites e diversas paralissias da capacidade de agir e empreender. Nesse momento, a psicologia desempenha um papel importante, na medida em que se volta para o “fortalecimento do *self*” (*empowerment*). A psicologia americana é, aponta-nos Ehrenberg, uma psicologia do ego preocupada em desenvolver as potencialidades do indivíduo, ajudando este último a tornar-se a si mesmo e ser capaz de adaptar-se ao ambiente. As patologias do regime da autonomia

como condição implicam no reconhecimento das dificuldades de se autodirigir (*self-direction, self-government*), de realizar seus fins, de conseguir manter-se no jogo da competição e da concorrência num mercado de trabalho cada vez mais turbulento. Apesar de suas crises, a ideia dominante de autonomia no contexto americano continua sendo a da soberania do indivíduo e da aceitação de sua plena responsabilidade sobre sua própria ação

A configuração da autonomia na França é totalmente diferente, defende Ehrenberg (2010). Trata-se de uma autonomia de aspiração, sendo este produto da história social e política daquele país desde o momento da proclamação da soberania do indivíduo com a Revolução. Aqui, porém, a autonomia é uma reivindicação de emancipação, sendo pensada a partir do registro político: ela é pensada como a expressão de independência do cidadão que subordina o privado ao público, os interesses particulares ao interesse geral, estando organicamente ligada ao Estado. Nada mais contrário ao individualismo americano, pois, na França, é o Estado que liberta o indivíduo das amarras da tradição e lhe provê as condições para ser autônomo – o que Ehrenberg denomina de *igualdade por proteção*. O Estado de Bem-estar social é, portanto, um reservatório de proteções para todos os membros da nação. Aqui, não é o *self* que é uma instituição, mas exatamente o contrário: a consistência do indivíduo depende de sua inscrição em instituições públicas, tais como políticas educacionais e de trabalho.

Ehrenberg (2010) opõe, portanto, a igualdade de proteção à francesa ao que ele denomina de igualdade de competição à americana. Nesta última, o indivíduo, além de ser o motor de sua própria ação, é também um ser capaz de, ao mesmo tempo, competir e cooperar. As diferenças entre indivíduos seriam atribuídas às diferenças na capacidade de empreender, dado que as condições de competição estariam garantidas para todos. No contexto francês, a crise do modelo da igualdade de proteção e da autonomia como aspiração também se abala nos anos de 1970, quando se instalaram as consequências do mercado mundializado. Uma onda de desinstitucionalização, desproteção, desregulação e privatização estimula a percepção de abandono progressivo da sociedade por parte do Estado, ficando os indivíduos entregues a si próprios, dando ensejo ao que Ehrenberg denomina de individualismo de

ruptura ou individualismo negativo, como o classifica Castel (1995).

Aqui chegamos ao ponto essencial do argumento de Ehrenberg (2010): seria justamente a transformação no regime de autonomia, que passa de um regime de autonomia como aspiração e de igualdade por proteção para um regime, como nos EUA, de autonomia como condição e igualdade por competição, que dá margem ao surgimento de uma “declinologia” generalizada, que nada mais é do que a expressão de um antiliberalismo profundo do pensamento francês. Para o autor, há uma nostalgia republicana que mira no passado, onde havia “verdadeiros empregos, verdadeiras famílias, uma verdadeira escola e uma verdadeira política” (p. 15). Em sua visão, a retórica do sofrimento surge devido a uma dificuldade de se pensar em uma nova “política da autonomia”, pois o fato de alguém ter de agir por si mesmo não implica, necessariamente, que o pacto civilizacional esteja se rompendo, nem que os indivíduos estejam fadados ao sofrimento e ao mal estar. Ehrenberg destaca que o essencial é refletir sobre um novo regime em que a ação passa a depender cada vez mais do indivíduo e seus próprios recursos, e que a grande discussão política e social diz respeito às desigualdades na distribuição de capacidades (recursos) individuais para fazer face às novas exigências de uma sociedade de mercado. Voltaremos à questão das capacidades mais à frente; por ora, vejamos como este quadro se aplica à análise do mal estar no trabalho.

Mal estar psíquico e sofrimento

A hipótese central de Ehrenberg (2010) é de que o sofrimento no trabalho é o produto da confrontação entre a tradicional igualdade de proteção e a nova igualdade de autonomia, colocando em primeiro plano as significações que fazem apelo à personalidade. Há, segundo ele, uma mudança no estatuto social do sofrimento, na medida em que este último traduz uma nova mentalidade para a ação: o sujeito que sofre é aquele que se tornou incapaz de agir.

Ehrenberg (2010) sugere que a emergência e disseminação da autonomia como condição são, frequentemente, acompanhadas do incremento das relações de competição nos contextos de trabalho. Para ele, esta última é uma das principais causas de so-

frimento, sendo interpretada, por muitos, como uma nova forma de dominação. Como consequência, é comum o sofrimento no trabalho ser discutido da perspectiva da justiça social. Veja-se, por exemplo, o caso da psicodinâmica do trabalho, uma abordagem da psicologia do trabalho francesa protagonizada por Dejours (2000). Na leitura de Ehrenberg, a força desta abordagem foi ter colocado o dedo sobre as contradições das novas modalidades de gestão, inserindo-as na herança da questão social (DE KEYSER & NYSSEN, 2006) e ressaltando o ponto central da discussão, a saber: o problema da justiça. Assim, o sofrimento teria se tornado uma das principais razões sociais e políticas capazes de nortear a ação nos contextos de trabalho. Esta perspectiva será frontalmente questionada por Clot (2010), como veremos mais adiante.

Ehrenberg (2010) sugere que a denúncia do sofrimento no trabalho muitas vezes assume um tom compassional. A principal crítica do autor é a de que a compaixão não oferece instrumentos para a ação, mas antes o contrário: ao celebrar as vítimas expostas à impotência, adota a idéia de um sujeito moral frágil e passivo. Para ele, a denúncia compassional se apoia sobre uma concepção da autonomia como independência. Ao assim proceder, ela parece negar ou não perceber as profundas mutações na forma como se trabalha hoje. A independência, cuja representação, no contexto francês, tem a ver com a lógica da honra (IRIBARNE, 1993), pressupunha um controle interno do sujeito sobre sua própria vida e se apoiava sobre um progresso econômico que permitia uma proteção social em expansão. No regime de trabalho atual, norteado pela autonomia como condição, há uma subordinação da proteção do indivíduo à capacidade deste último de desenvolver seus próprios recursos pessoais. Isto pressupõe uma nova sociabilidade em que é preciso engajar-se pessoalmente nas situações mais variadas e heterogêneas. Como diz Ehrenberg: “Isso implica que a personalidade torna-se um cuidado maior, uma questão comum: sem uma boa estruturação de si é impossível decidir e agir por si mesmo de modo apropriado” (1993, p. 334-335).

As patologias do trabalho, na visão de Ehrenberg (2010), não estariam associadas, como se crê normalmente, à elevação do nível de exigência – que está na base do stress, por exemplo. Sua associação é com o nível de autonomia de que dispõe

o indivíduo, isto é, seu poder de agir. Diz o autor que, “para fazer bem seu trabalho, é preciso sempre colocar-se mesmo nele; isto é ainda mais verdadeiro numa organização em que não é mais possível prescrever as tarefas em seus detalhes” (p. 283). A origem do desempenho no trabalho está no próprio indivíduo e na sua capacidade de estabelecer relações; portanto, o nível de autonomia deve ser compatível com esse novo regime institucional que faz apelo à singularização, mas isso só ocorre quando o indivíduo dispõe de recursos pessoais, e é neste ponto que se abre uma diferença importante em relação a outros autores que interpretam o mal estar no trabalho.

Em síntese, e para encerrar este tópico, a análise de Ehrenberg (2010) implica um diagnóstico de que a subordinação do sujeito aos valores da disciplina foi deslocada para uma subordinação à autonomia, levando ao desenvolvimento intensivo da iniciativa pessoal para se conduzir uma vida social (colocando deste modo, esse diagnóstico aproxima-se de uma análise foucaultiana das transformações da subjetividade moderna – ver, por exemplo: Deleuze, 1990). O aspecto criativo desta leitura, a nosso ver, consiste em tentar ultrapassar as discussões que associam a mutação antropológica da ação ao individualismo ou ao neoliberalismo, especialmente na questão do sofrimento. Ao fazer uma crítica a Ehrenberg, Castel (2010) se pergunta se tal leitura não seria demasiadamente norte-americana, com sua apologia ao *self* autônomo e empreendedor. Apesar dessa crítica, em muitos sentidos pertinente, pensamos que os *insights* de Ehrenberg são instigantes por tentar discutir as intrincadas relações entre a retórica do sofrimento e as representações que temos sobre o que significa viver em sociedade, e também por questionar a relação linear que às vezes se estabelece entre sofrimento e injustiça social. Apesar de não ser totalmente inédita (FUREDI, 2003), sua análise questiona as bases da clínica psicossocial que toma o sofrimento como algo muito mais importante, seja do ponto de vista ontológico, epistemológico e aplicado, do que as tensões, dilemas e as exigências da ação nos novos contextos de trabalho. Na próxima seção vamos discutir como esta perspectiva pode ser complementada ou enriquecida a partir da clínica da atividade, aqui representada pelos trabalhos de Yves Clot, particularmente o último (CLOT, 2010).

Trabalho, atividade e ação

Antes de mais nada, é importante contextualizarmos a clínica da atividade, proposta nos anos 1990 na França, particularmente por Clot (1995, 1999, 2008). Trata-se de uma abordagem emergente no campo da psicologia do trabalho, cujas principais influências se encontram em autores tais como Vygotsky, Bakhtin, Espinosa, Tosquelles, Le Guillant, dentre diversos outros das tradições ergonômica e da psicopatologia do trabalho francesas. Um dos aspectos centrais da clínica da atividade, a nosso ver, é sua redefinição do sujeito do trabalho e, consequentemente, do significado deste último.

Quanto ao sujeito, a clínica da atividade, baseando-se na tradição da psicologia sócio-histórica, o define como um sujeito de ação, isto é, como alguém que cria um contexto para viver, que não se torna complacente e subordinado à realidade que lhe é dada ou à qual é lançado. Trata-se, como diz Clot (2008), de um sujeito que se afirma perante as provas do real, que institui normas de vida (no sentido dado por CANGUILHEM, 1984). O trabalho, por sua vez, é definido como atividade triplamente orientada: para o sujeito (alcance de seus próprios objetivos), para o objeto da atividade (ou o real da atividade) e para o outro (a atividade do outro, com a qual o sujeito tem de lidar para cumprir a sua própria). Na clínica da atividade, o trabalho é o principal operador tanto do desenvolvimento psicológico do sujeito como de sua saúde e bem-estar.

Mais importante, para nossos propósitos, é discutir o modo como a clínica da atividade concebe a questão do sofrimento no trabalho. Tal como no caso anterior, quando discutimos as ideias de Ehrenberg (2010), não temos aqui condições de um aprofundamento sistemático, de modo que vamos nos ater ao essencial das idéias de Clot em seu mais recente trabalho (CLOT, 2010). Em específico, vamos analisar os seguintes pontos: i) a relação entre sofrimento e atividade, acompanhando a crítica de Clot a algumas das abordagens atuais do tema do sofrimento no trabalho – uma crítica que, em diversos aspectos, se aproxima da crítica feita por Ehrenberg; e ii) a proposta do autor para se compreender a relação trabalho, saúde e poder de agir – proposta compatível com os pressupostos centrais da clínica da atividade.

Atividade impedida e sofrimento

A clínica da atividade propõe um deslocamento conceitual importante ao insistir que as “causas” do sofrimento no trabalho não estão no sujeito, ou na relação entre os sujeitos, mas sim no próprio trabalho. Clot (2008, 2010) elabora o conceito de atividade impedida para se referir a um trabalho bloqueado, incapaz de permitir o livre confronto do indivíduo e dos coletivos com os riscos, os desafios, as demandas do real da atividade, ou seja, com o *objeto* desta última.

A atividade torna-se impedida devido a várias razões. Em primeiro lugar, quando os indivíduos e os coletivos não podem discutir os critérios de qualidade do trabalho. Clot (2010) defende que a discussão sobre o que constitui um trabalho bem feito é condição fundamental para a saúde no trabalho, para que este último cumpra seu papel de operador do desenvolvimento psicológico. A impossibilidade de discutir tal qualidade produz um sentimento de insignificância nos sujeitos, pois há uma ruptura, na atividade, entre as pré-ocupações dos sujeitos (seus planos, desejos, aspirações) e aquilo que são obrigados a realizar, uma atividade prescrita pela organização, vazia de significado. Para Clot, a perda de significado da atividade a desvitaliza, a desafeta, tornando psicologicamente fatídico a realização do trabalho. Em outras palavras, a impossibilidade de realizar um trabalho bem feito, ou de discutir/debater acerca dos critérios envolvidos na qualidade do que se faz, impede as pessoas de se reconhecerem no próprio trabalho, tornando-as estranhas para si mesmas e gerando o que o autor denomina de “ativismo sem obra”, uma atividade vazia. Nesse sentido, Clot observa que a doença no trabalho ocorre quando as coisas têm cada vez mais uma relação independente entre si, quando não têm relação com a iniciativa do sujeito. A perda dos objetivos realmente válidos para o sujeito e para os outros está na base do mal estar no trabalho.

Em segundo lugar, a atividade é impedida quando a organização do trabalho não oferece os recursos para que os sujeitos consigam realizá-la conforme sua aspiração. Como diz Clot (2010), em geral a organização não oferece tais recursos, fazendo antes o inverso: ela atrapalha a realização da atividade. E ela o faz quando,

por exemplo, institui critérios de desempenho irreconciliáveis com a qualidade que os sujeitos e os coletivos esperam do trabalho. Desse modo, os critérios de desempenho tornam-se antagonistas da qualidade da atividade e mesmo do produto/serviço. A organização também impede a atividade quando desarticula, desarma e fragmenta os coletivos de trabalho, fazendo destes uma mera coleção de indivíduos, onde cada um é exposto ao isolamento. A atividade é impedida quando a história de um determinado gênero profissional é suspensa. Nesse momento, prossegue Clot, é o próprio metiê que entra em sofrimento.

Tal visão sobre a importância do metiê é distintiva da clínica da atividade, pois ali os coletivos ganham um estatuto de suporte primordial à ação do sujeito. Para Clot (2010), os coletivos de trabalho são portadores de uma história comum, ao longo da qual são desenvolvidos recursos, estratégias e ferramentas que subsidiaram seus membros na realização da atividade, ela também comum. O coletivo preserva a memória das trocas intersubjetivas acionadas por ocasião de seu confronto com as exigências, as provas e as resistências do real da atividade. Os coletivos são verdadeiros operadores de saúde quando permitem a livre fluência do conflito sobre critérios, quando fomentam disputas e a heterogeneidade. Portanto, bloquear a atividade consiste, em última instância, no bloqueio do poder dos coletivos em articular estratégias compartilhadas de ação.

É contra o pano de fundo dessas considerações que Clot (2010) endereça sua crítica às atuais abordagens do sofrimento no trabalho. Para ele, as metamorfoses do trabalho estão patrocinando um retorno da psicologia clínica, mesmo que uma clínica de tipo “ampliado”, para a qual o essencial é a construção de uma “boa escuta” capaz de servir como suporte para um sujeito cujo trabalho perdeu seu sentido. Clot denuncia esta clínica como uma nova espécie de engenharia social regida pela lógica da organização – pois, se de um lado esta última é responsável pelo adoecimento do trabalho, por outro ela oferece ao indivíduo a oportunidade para tratar-se psicologicamente no registro privado. Diz Clot: “A organização do trabalho acolhe os ‘espaços de palavra’ desindexados do trabalho real e fundados sobre o amálgama sincrético entre vida privada e vida profissional” (p. 144).

Neste ponto, a crítica de Clot se aproxima da de Ehrenberg (2010), na medida em que ele denuncia a perspectiva compassional (ALLONNES, 2008) presente na clínica psicossocial “aplicada” ao trabalho. O elemento compassional aparece quando o trabalhador é visto como um ser frágil que precisa ser individualmente “empoderado” para poder trabalhar, ou como alguém que precisa ser “protegido” dos riscos psicosociais aos quais está exposto no ambiente de trabalho. Para Clot, isso revela a volta de uma nova tentação higienista, que combina conivência com a pressão produtivista e a ficção de um apoio psicológico remediador. Assim, em vez de atentar-se às razões da atividade impedida, a clínica psicosocial prende-se a uma vitimologia que, paradoxalmente, reforça a passividade dos trabalhadores. No lugar de um confronto com os verdadeiros riscos da atividade, o importante é “mobilizar especialistas para vigiar, escutar e reparar, a fim de desenvolver um programa de prevenção e proteção do real do trabalho, tornando a mudança algo ‘aceitável’” (p. 137). Como consequência, conclui Clot, a escuta psicológica acaba se fixando na questão do bem-estar, desligando-se totalmente dos obstáculos reais do “bem-fazer”. O sujeito “que sente” acaba ofuscando o sujeito “que faz” – sendo este último o efetivo sujeito do trabalho.

Trabalho e poder de agir

Para Clot (2010), a saúde é conquistada no território da qualidade do trabalho, e não no da qualidade de vida no trabalho. Sua proposta é de rompimento com a nova “ortopedia social do trabalho” mediante um retorno ao real da atividade. O que faz sofrer e adocece, insiste Clot, é a atividade impedida, o fato de o sujeito desejar trabalhar malgrado tudo, e não poder. É o sujeito da ação que adocece no trabalho, sujeito impedido de “passar ao ato”, de agir, de transformar o objeto da atividade conforme suas pré-ocupações, ou seja, desejos, objetivos, motivos. Nesse sentido, Clot afirma ser menos sensível à impotência dos trabalhadores que à sua atividade impedida, a seu desejo de *trabalhar* apesar de todos os obstáculos. Tal desejo pode ser reprimido e envenenado, mas nunca desaparece, pois se tal fosse possível, o trabalho se tornaria uma atividade sem sujeito (CLOT, 1995).

A crítica de Clot (2010) à retórica do sofrimento no tra-

Iho parte do princípio de que ela está ligada a certa concepção de saúde pública, segundo a qual os indivíduos são seres “queixantes” ou então desprovidos de recursos para lidar com determinadas situações. O ponto de Clot é que todo indivíduo é capaz de lidar com qualquer situação no trabalho, desde que ele tenha a oportunidade de confrontar-se consigo mesmo e de receber o apoio dos coletivos de trabalho. Aqui, novamente, é preciso expor os pressupostos desta maneira de pensar. Dois autores servem de suporte para Clot neste particular: Vygotsky, para quem “o homem é pleno, a cada minuto, de possibilidades não realizadas”, e Leontiev, para quem “a vida está sempre abaixo das possibilidades do homem”. Em outras palavras, a concepção de sujeito da ação de Clot ampara-se na crença em uma capacidade subjetiva jamais limitada pela realidade momentânea, mesmo quando o sujeito se torna complacente e submisso a ela. Nessa direção, Clot entende que o propósito da psicologia nos contextos de trabalho é “dar oportunidade, àqueles que trabalham, de mostrar novamente aquilo de que são capazes quando eles tiveram de renunciar a isso ou quando se submeteram ao conformismo organizacional” (p. 168).

O sofrimento não resulta apenas da atividade realizada, mas também da atividade que não pôde ser feita, ou que foi feita no lugar de outra (CLOT, 1999, 2008, 2010). Isso quer dizer que a atividade cumprida não possui o monopólio do real. Portanto, o desgaste no trabalho está ligado ao que o trabalhador não pôde fazer, e que gostaria, e àquilo que ele é “obrigado” a fazer, muitas vezes de forma automática. Quando ocorre o impedimento, o bloqueio ou a suspensão da atividade, a energia associada a esta última acumula-se, sendo também este um fator de adoecimento, pois a saúde está ligada à intensidade, à ligação da energia mental e afetiva em objetos externos ao sujeito e novamente por ele reapropriada. Externalização e internalização são dois movimentos fundamentais da movimentação da energia ou do afeto em torno da atividade.

Para Clot (2010), o desenvolvimento do que ele denomina de poder de agir dos trabalhadores sobre sua atividade é a melhor crítica que se pode fazer ao higienismo da organização. O poder de agir tem a ver com a capacidade de o sujeito aumentar a amplitude de sua ação no trabalho, colocando em sua atividade

elementos de sua própria subjetividade, demonstrando domínio e controle sobre instrumentos e ferramentas, e conseguindo responder à atividade do outro para conseguir realizar a sua própria. O poder de agir está intimamente ligado à concepção de sujeito que vimos há pouco: sujeito de ação, capaz de sentir-se responsável pelos próprios atos e pela existência das coisas. Baseando-se no conceito de saúde de Canguilhem (1984), Clot observa que o sujeito do trabalho é alguém capaz de “desenvolver sua atividade, seus objetos, suas ferramentas, seus destinatários, afetando a organização do trabalho por sua iniciativa” (p. 167). A saúde tem a ver com a recriação de situações, com desenvolvimentos inesperados e devires imagináveis; tem a ver ainda com a possibilidade de recriar o real do trabalho e com auto-iniciativa. Nesse sentido, trabalhar é afirmar-se, colocando-se até mesmo contra a atividade corrente com o intuito de ir além dela, recriando-a. Para Clot, estas concepções de sujeito, saúde e trabalho são incompatíveis com uma clínica psicossocial pautada pelo sofrimento e pelo que “falta” ao sujeito. Daí que, no lugar de riscos psicossociais, o autor propõe que falemos em recursos psicossociais para a ação nos contextos de trabalho.

Em síntese, a leitura que podemos fazer dessas ideias de Clot (2010) é de que ele propõe uma virada em favor do sujeito da ação nas teorizações e intervenções nos contextos de trabalho. O sofrimento deixa de ser visto como um “déficit de sujeito”. Em vez disso, ele é entendido como intimamente ligado à atividade bloqueada, ao trabalho impedido, aos dilemas e confrontos entre o sujeito da ação, que se constrói por meio de sua atividade e no contexto de um metiê, e a organização do trabalho. O sofrimento está ligado às dificuldades em se criarem espaços genuínos para o debate acerca dos critérios e das condições de um trabalho bem feito. Clot nos leva a pensar que o adoecimento decorre da impossibilidade de trabalhar conforme o próprio desejo e os ideais do coletivo de trabalho. Por fim, o sofrimento e o mal estar, estão ligados à amputação do poder de agir, ao desencontro entre o sujeito e sua atividade-obra. Trata-se, em suma, de uma perspectiva instigante no campo da psicologia do trabalho e que, em nossa visão, realoca os termos do debate sobre sofrimento, saúde e mal estar no trabalho. Na sequência, discutimos convergências entre

essas idéias e as de Ehrenberg (2010), buscando extrair algumas implicações de ambas essas chaves de leitura.

Convergências entre as duas abordagens: um olhar alternativo à retórica do sofrimento

As duas abordagens anteriores, a de Ehrenberg (2010) e Clot (2010), convergem no sentido de que ambas propõem uma reflexão sobre o sujeito da ação. O primeiro sugere a existência de um novo estilo de ação decorrente de um contexto de alta individualização, não de individualismo, quando o sujeito deve agir muitas vezes sem o apoio ou as referências das redes de proteção social, do Estado, no caso francês, mas certamente também no caso brasileiro. Isso não significa que o sujeito aja sozinho, pura e simplesmente – mas que, mesmo quando junto de outros, é sua iniciativa que conta como motor da ação. Nessa perspectiva, a retórica do sofrimento funciona como uma espécie de denunciador da incapacidade de os sujeitos agirem por sua própria conta em ambientes de trabalho competitivos e inseguros.

Para Ehrenberg (2010), a retórica do sofrimento poderia ser contraposta a uma perspectiva alternativa, capaz de reconhecer e lidar com o novo regime da ação autônoma mediante o desenvolvimentos de capacidades individuais e coletivas, investindo na esfera da ação. O conceito de capacidade é retirado do trabalho de Amartya Sen (SEN, 1993; ZIMMERMANN, 2006), que a define como constituída pelas competências do indivíduo, pela disponibilidade de oportunidades, e pelos direitos e os meios normativos. Para Sen, observa Ehrenberg, não basta dotar o indivíduo de capital, “capital humano”, por exemplo, mas desenvolver suas capacidades reais para mobilizar diversas formas de capital e viabilizar seu projeto de ação.

Por seu turno, Clot (2010) pensa de forma similar ao propor o conceito de poder de agir. O poder de agir diz respeito à ampliação da capacidade de superação das tensões, ambiguidades, impedimentos e provas das situações reais de trabalho. Assim, o objetivo principal perseguido pela clínica da atividade não é criar “espaços de escuta” nos contextos de trabalho, como se isso fosse suficiente para desatar os nós que amarram a atividade; o obje-

vo é intervir no concreto da atividade, ou seja, no modo de operar dos sujeitos em seu confronto com o real a fim de potencializar sua ação. A saúde se conquista na medida em que são criadas condições para que os sujeitos se tornem capazes de agir diretamente sobre a atividade, quer individual ou coletivamente (LIMA, 2010). Assim, em uma crítica aberta à clínica psicossocial aplicada ao trabalho, com sua ênfase nas problemáticas individuais e nas causas e malefícios do sofrimento no trabalho e nos dispositivos de apoio, Clot propõe um deslocamento do sujeito que sofre em direção à atividade impedita – portanto, entendendo que é o trabalho que “sofre” e precisa ser cuidado (FERNANDEZ, 2009).

Ambos os autores nos estimulam a ver a saúde como um recurso coletivo, não como uma aquisição privada. Se o trabalho está doente, não basta curar o sujeito, mas intervir no modo como aquele é organizado socialmente e como a atividade é levada a cabo. Da mesma forma, sua leitura nos estimula uma reflexão alternativa sobre o sofrimento ou o mal estar no trabalho, e é com ela que gostaríamos de finalizar esta seção. Em primeiro lugar, quando falamos em retórica do sofrimento, o termo retórica não significa ausência de sofrimento, como se este não passasse de um jogo de linguagem declinológico, como diz Ehrenberg (2010). Ao mesmo tempo, parece consistente dizer, numa perspectiva pragmática (RORTY, 1982, 1989), que ao descrevermos um fenômeno, ao falarmos sobre ele, isto institui um ato, ou seja, uma posição, uma forma de compreender esse mesmo fenômeno.

Assim, quando analisamos a retórica do sofrimento, nosso esforço deveria se voltar para a compreensão de suas crenças fundamentais, suas proposições, do modo como pessoas e objetos são aí “posicionados” (DAVIES & HARRÉ, 1990), e para o questionamento de suas implicações nos processos de gestão do sofrimento. Uma conclusão da leitura de Ehrenberg e Clot é, nesse sentido, constatar que, em tal retórica, o sujeito parece estar sendo posicionado como um ser passivo, frágil e vulnerável que precisa ser de algum modo assistido, entregue à engenharia psi. Do mesmo modo, o trabalho pode estar aí sendo posicionado como um fator de risco, isto é, como algo que potencialmente adoece o sujeito, e não como uma atividade transformável pelo poder de ação deste último. Em suma, a retórica do sofrimento parece pos-

uir uma visão restrita do significado do trabalho e de sua função psicológica, para não mencionar a visão estreita sobre o próprio conceito de saúde e bem-estar.

Rumo a uma psicologia da ação no trabalho

Nesta seção final, propomos um encaminhamento para se repensar a questão do sofrimento no trabalho a partir da perspectiva de uma psicologia da ação. A nosso ver, tal psicologia nos parece condizente com o quadro delineado neste artigo, especificamente no que diz respeito ao lugar do sujeito e do trabalho num regime de forte individualização, autonomia e risco. Para isso, partimos de uma rápida incursão sobre o estado deste tema no campo da psicologia do trabalho no Brasil.

As questões relacionadas à saúde e a bem-estar, sofrimento e adoecimento no trabalho, compõem importante faceta do campo da psicologia do trabalho brasileira, alimentando pesquisas, projetos de intervenção e focos de teorização. Contudo, dada a diversidade desse mesmo campo em nosso país, as perspectivas e abordagem são bastante heterogêneas. Em artigo que já se tornou clássico, Jacques (2003) identifica três grandes perspectivas: a do stress, baseada na identificação de fatores de risco e na capacidade adaptativa e de *coping* dos indivíduos; a da psicodinâmica do trabalho, interessada na compreensão de como a organização do trabalho engendra sofrimento mental e como os sujeitos preservam sua saúde a partir do uso bem-sucedido de mecanismos de defesa; e a abordagem epidemiológica, que busca problematizar a relação entre determinados tipos de trabalho e a incidência de certas patologias, inclusive mentais. Linha muito semelhante de análise é igualmente encontrada em Codo, Soratto e Menezes (2004), Lima (2002) e Borges e Argolo (2002).

Fernandes, Melo, Gusmão, Fernandes e Guimarães (2006) identificaram outras perspectivas além das três anteriores, tais como a abordagem das condições gerais de vida e trabalho, interessada na identificação dos riscos psicossociais vinculados a ocupações específicas; o modelo do desgaste, interessado nos aspectos biopsicossociais que influenciam os processos de saúde-doença no trabalho e ajudam a explicar patologias como o *burnout*,

a síndrome da fadiga crônica, as síndromes pós-traumáticas, depressivas e paranóicas; a abordagem ergonômica, interessada na investigação do modo como o indivíduo se adapta à tarefa e vice-versa, considerando aspectos relacionados às cargas física, mental e psíquica do trabalho e seu impacto na saúde e na produtividade; e a abordagem da psicopatologia do trabalho. Todas essas perspectivas convivem no campo da psicologia do trabalho brasileira, subsidiando formas de análise e intervenção, bem como distintas metodologias, métodos e técnicas de investigação.

Mais recentemente, uma coletânea de textos, organizada sob a rubrica “clínicas do trabalho”, mostra a disseminação em nosso país de abordagens emergentes no campo da psicologia do trabalho (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2010). Além da psicodinâmica, integram as clínicas do trabalho as abordagens da clínica da atividade, da psicossociologia ou sociologia clínica, e da ergologia. Todas têm em comum a preocupação em gerar subsídios para se compreender e transformar as situações de trabalho que produzem sofrimento ou impedimento da ação do sujeito, articulando aspectos psíquicos e sociais. É interessante observar que a psicossociologia, apesar de não ter o trabalho como seu objeto principal de análise (AMADO & ENRIQUEZ, 2010), volta-se a ele para discutir fenômenos sociais tais como exclusão, vulnerabilidade, injustiça e controle da subjetividade (CARRETEIRO & BARROS, 2010; CARRETEIRO, 2003). Estudos conduzidos na perspectiva psicossociológica associam o adoecimento e o sofrimento às transformações no mundo do trabalho que trouxeram consigo precarização, informalidade, insegurança, tirando do trabalhador a possibilidade de controlar seu próprio destino. Da mesma forma, investigam-se, nesta perspectiva, o impacto da ausência de trabalho, do desemprego prolongado, e as suas consequências sobre certas populações, por exemplo, jovens.

É bem nítido, na apropriação das questões do trabalho pela psicossociologia, o reflexo das discussões que fizemos neste artigo, concernentes à ampliação da análise do sofrimento, a qual passa a incorporar categorias que vão além da psicopatologia individual e se articulam a uma crítica social com expectativas de repercussão nas políticas públicas e no delineamento dos processos de subjetivação. Algo semelhante pode ser encontrado na

psicodinâmica, uma vez que propõe transformar as exigências da organização do trabalho com o intuito de criar uma “vontade coletiva de ação”, de modo que “não é apenas uma teoria entre outras, no campo da psicologia do trabalho, mas também e fundamentalmente uma psicologia da mobilização subjetiva, e da formação da vontade de agir, no campo do trabalho, em princípio, mas também no mundo em geral” (DEJOURS, 1996, p. 178). Já as abordagens baseadas nos modelos da exaustão e do stress, talvez pelo fato de sua maior proximidade com a *démarche* biológica, acabam se restringindo a uma sequência profilática do tipo: diagnóstico de fatores de risco > avaliação dos recursos de enfrentamento (ou *coping*) do indivíduo > delineamento de estratégias de ação. Como consequência, parecem estar mais interessadas na aplicação de técnicas que permitam ao sujeito “suportar” o trabalho do que em efetivamente transformar este último.

O que podemos concluir em relação a estas várias abordagens do sofrimento no trabalho, considerando a perspectiva da ação? Neste ponto, gostaríamos de propor uma reflexão final que condensasse o conjunto das ideias aqui discutidas. De nosso ponto de vista, o que permanece destas discussões é a importância de uma alteração no foco de análise: partir do sujeito do *pathos* para o sujeito da ação, bem como partir de uma concepção de trabalho como fator de sofrimento, alienação e amputação do sujeito para uma concepção de trabalho como atividade de criação. Isso não significa, de modo algum, negar a existência do sofrimento no trabalho, especialmente considerando suas condições na atualidade. Significa, apenas, entender o sujeito como alguém constituído por sua ação, sendo seu sofrimento resultado do impedimento dessa mesma ação. Ao ser definido como atividade, é o caráter constitutivo e vivo do trabalho que vem para o primeiro plano. O sofrimento é a incapacidade de agir por si só junto aos outros; consiste de um bloqueio da intensidade cognitiva e afetiva do sujeito, de seu poder de agir sobre ferramentas e objetos, sobre a linguagem e sobre os outros.

Portanto, é nesse sentido que propomos pensar em uma psicologia da ação no trabalho. Em que ela consistiria? Para responder, voltamos à perspectiva da clínica da atividade – que pode ser definida, a nosso ver, como uma psicologia da ação. Nela, o

que se propõe é partir dos dilemas do real que toda atividade deve enfrentar (CLOT & LEPLAT, 2005). A atividade reúne o conjunto de ações que o sujeito deve engendrar para o alcance de seus objetivos. De um lado, o sujeito da ação é um sujeito intencional, que coloca em atos seus desejos, expectativas, motivos; de outro, é um sujeito mediado, já que sua ação depende da internalização/ apropriação de conteúdos de natureza social, além do uso de ferramentas – entre elas a linguagem. O trabalho, por sua vez, permite ao sujeito externalizar-se, afirmar-se. À medida que, pelo trabalho, o sujeito dá forma ao objeto, ele ganha, em troca, uma imagem de si mesmo. O maior domínio do sujeito sobre tal objeto implica uma maior consistência subjetiva, isto é, desenvolvimento psicológico. É nesse sentido que Clot (2008) observa que esse desenvolvimento implica a alternação de duas exigências: de eficiência, materializada no crescente controle do sujeito sobre meios-fins e sobre a qualidade de seu trabalho; e de significado, pois a atividade é movida pelos interesses, pelas pré-ocupações e intenções do sujeito.

Da mesma forma que o sujeito da ação opera sobre objetos mediante o uso de instrumentos e ferramentas, ele também opera sobre a atividade de outros. A ação, neste caso, tem uma entonação intersubjetiva, pois a atividade de um sujeito é realizada no contexto da atividade de outro, sendo ambos atravessados pelo contexto ou pelo que Clot e Faïta (2000) denominam de gênero profissional. Portanto, a ação não se encerra no nível intersubjetivo. Clot (1995, 2001, 2006a, 2006b, 2008, 2010) destaca que há outros dois registros fundamentais da ação: o registro impessoal, marcado pelas regras e prescrições da organização do trabalho, e o transpessoal. Neste último registro, a ação do sujeito no trabalho é permeada por uma história coletiva, por um conjunto de significados e modos de fazer (*savoir-faire*) construídos, cuidadosamente, pelo coletivo de trabalho – é o domínio do gênero profissional. É por isso que, quando tal coletivo/gênero se enfraquece, as portas para o sofrimento se abrem, pois se perdem os recursos para o sujeito enfrentar os dilemas e desafios de sua atividade.

Por fim, o sujeito da ação, na clínica do trabalho, é um sujeito que se observa. Isso exige dele uma posição ativa, de implicação na análise de seu próprio trabalho com o apoio do outro – que pode ser o psicólogo do trabalho. Este último assume um papel

de facilitador para o desenvolvimento do diálogo interno do sujeito consigo mesmo, disparando o processo de mobilização subjetiva, o qual implica novas ligações afetivas e cognitivas e seus respectivos objetos na atividade. Portanto, o pesquisador não é alguém interessado em realizar um inventário de queixas ou propor um diagnóstico de problemas apresentando, na sequência, um plano de ação. Na clínica da atividade, “a ideia é que se passe de uma posição ‘higienista positivista’ para uma posição voltada para a ação” (LIMA, 2010, p. 245). Essa posição positivista consiste em atribuir precedência ao conhecimento, ao pensamento, sobre a ação. Nessa concepção, primeiro se conhece para depois transformar. Na clínica da atividade, em contrapartida, busca-se “agir sem poder prever a fim de conhecer” (CLOT, 2008). Trata-se de uma clínica que privilegia a ação com o intuito de transformar o trabalho (CLOT, 2004).

Considerações finais

Uma palavra final para encerrarmos este artigo. Após séculos de produção de significados sobre o trabalho, antigas representações parecem permanecer em nosso horizonte cultural, como a dos gregos que, como destacamos no início deste texto, viam o trabalho como responsável pela decadência do corpo e da mente. Acreditamos, pelas razões expostas, que temos hoje a oportunidade de enfatizar outras representações, outros significados para o trabalho, os quais privilegiem sua natureza criadora. Há, certamente, muitos desafios para se recuperar tal natureza positiva do trabalho. Contudo, entendemos que este deve ser o compromisso de quem estuda e intervém nesse campo, notadamente os psicólogos do trabalho. As possibilidades abertas por uma perspectiva da ação no trabalho são apenas um exemplo dentre muitos outros que poderiam ser dados, de modo que ela fica aqui colocada como uma aposta e um convite a outros interlocutores.

Referências

- Allonnes, M. R. (2008). *L'homme compassionnel*. Paris: Seuil.
- Amado, G., & Enriquez, E. (2010). Psicodinâmica do trabalho e psicossociologia. In P. F. Bendassolli & L. A. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho* (pp. 99-109). São Paulo: Atlas.
- Anthony, P. D. (1977). *The ideology of work*. London: Tavistock.
- Arendt, H. (2000). *A condição humana* (R. Raposo, Trad.). São Paulo: Forense. (Original publicado em 1958).
- Askenazy, P. (2004). *Les désordres du travail*. Paris: Seuil.
- Aubert, N. (2010). *La société hypermoderne: Ruptures et contradictions*. Paris: L'Harmattan.
- Aubert, N., & Gaulejac, V. (2007). *Le coût de l'excellence*. Paris: Seuil.
- Aubert, N., & Roux-Dufort, C. (2004). *Le culte de l'urgence*. Paris: Flammarion.
- Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. (2010). *Clínicas do trabalho: Novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas.
- Billiard, I. (2001). *Santé mentale et travail. L'émergence de la psychopathologie du travail*. Paris: La Dispute.
- Borges, L. O., & Angolo, J. C. T. (2003). Estratégias organizacionais na promoção da saúde mental do indivíduo podem ser eficazes? In M. G. Jacques & W. Codo (Orgs.), *Saúde mental e trabalho: Leituras* (pp. 271-295). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Canguilhem, G. (1984). *Le normal et le pathologique*. Paris: PUF.
- Carretero, T. C. O. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, 14 (3), 57-72.
- Carretero, T. C. O., & Barros, V. A. B. (2010). Clínicas do trabalho: Contribuições da psicossociologia no Brasil. In P. F. Bendassolli & L. A. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho* (pp. 208-226). São Paulo: Atlas.

- Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard.
- Castel, R. (2010, Março). L'autonomie, aspiration ou condition? *La vie des idées*. Recuperado em 10 agosto 2010, da <http://www.laviedesidees.fr/>
- Codo, W., Soratto, L., & Menezes, I. O. (2004). Saúde mental e trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade & A. V. B. Bastos (Orgs.), *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (pp. 276-299). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Clot, Y. (1995). *Le travail sans l'homme?* Paris: La Découverte.
- Clot, Y. (2001). Psychopathologie du travail et clinique de l'activité. *Éducation permanente*, 146, 7-17.
- Clot, Y. (2004). Action et connaissance en clinique de l'activité. *Activités*, 1 (1) 23-33. Recuperado em 18 abril 2010, da <http://www.activites.org/>
- Clot, Y. (2006a). *La fonction psychologique du travail*. Paris: PUF.
- Clot, Y. (2006b). Clinique du travail et clinique de l'activité. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 1, 165-179.
- Clot, Y. (2008). *Travail et pouvoir d'agir*. Paris: PUF.
- Clot, Y. (2010). *Le travail à cœur*. Paris: La Découverte.
- Clot, Y., & Faïta, D. (2000). Genres et styles en analyses du travail: Concepts et méthodes. *Travailler*, 4, 7-43.
- Clot, Y., & Leplat, J. (2005). La méthode clinique en ergonomie et en psychologie du travail. *Le Travail Humain*, 68 (4), 289-316.
- Davies, B., & Harré, R. (1990). Positioning: The discursive production of selves. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 20 (1), 43-63.
- De Keyser, V., & Nyssen, A.-S. (2006). L'analyse du travail: Centrale ou simplement utile? In G. Valléry & R. Amalberti (Orgs.), *L'analyse du travail en perspectives: Influences et evolutions* (pp. 7-15). Toulouse, France: Octares.
- Dejours, C. (1996). Psychologie clinique du travail et tradition

- compréhensive. In Y. Clot (Org.), *Les histoires de la psychologie du travail* (pp. 195-219). Toulouse, France: Octares.
- Dejours, C. (2000). *Travail, usure mentale*. Paris: Bayard.
- Deleuze, G. (1990). *Pourparlers*. Paris: Minuit.
- Dufour, D.-R. (2003). *L'art de réduire les têtes*. Paris: Denoel.
- Ehrenberg, A. (1995). *Le culte de la performance*. Paris: Calmann-Lévy.
- Ehrenberg, A. (2010). *La société du malaise*. Paris: Odile Jacob.
- Fernandes, J. C., Melo, C. M. M., Gusmão, M. C. C. M., Fernandes, J., & Guimarães, A. (2006, setembro). Saúde mental e trabalho: Significados e limites de modelos teóricos. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 14(5). Recuperado em 20 novembro 2010, da http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n5/pt_v14n5a24.pdf
- Fernandez, G. (2009). *Soigner le travail*. Toulouse: Érès.
- Freitas, M. E. (2005). *Cultura organizacional: Identidade, sedução e carisma?* Rio de Janeiro: Ed. da FGV.
- Furedi, F. (2003). *Therapy culture: Cultivating vulnerability in an uncertain age*. London: Routledge.
- Gauchet, M. (2002). *La démocratie contre elle-même*. Paris: Gallimard.
- Gaulejac, V. (2005). *La société malade de la gestion*. Paris: Seuil.
- Hirigoyen, M.-F. (1998). *Le harcèlement moral*. Paris: La Découverte.
- Iribarne, P. (1993). *La logique de l'honneur*. Paris: Seuil.
- Jacques, M. G. C. (2003). Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 15 (1), 97-116.
- Lasch, C. (1981). *Le complexe de narcisse*. Paris: Robert Laffont.
- Le Goff, J. (1980). *Time, work, and culture in middle ages*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Lhuilier, D. (2006). *Cliniques du travail*. Toulouse, France: Érès.

- Lhuilier, D. (2009). Travail, management et santé psychique. *Connexions*, 91, 85-101.
- Lima, M. E. A. (2002). Esboço de uma crítica à especulação no campo da saúde mental e trabalho. In M. G. Jacques & W. Codo (Orgs.), *Saúde mental & trabalho: Leituras* (pp. 50-81). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lima, M. E. A. (2010). Abordagens clínicas e saúde mental no trabalho. In P. F. Bendassolli & L. A. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho* (pp. 227-257). São Paulo: Atlas.
- Luciani-Zidane, L. (2009). *L'acédie: Le vice de forme du christianisme*. Paris: Cerf.
- Melman, C. (2002). *L'homme sans gravité*. Paris: Denoel.
- Mossé, C. (1969). *The ancient world at work*. London: Chatto and Windus.
- Renault, E. (2008). *Souffrances sociales: Philosophie, psychologie et politique*. Paris: La Découverte.
- Rorty, R. (1982). *Consequences of pragmatism*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Rorty, R. (1989). *Contingency, irony, and solidarity*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Sen, A. (1993). Capability and well-being. In M. Nussbaum & A. Sen (Orgs.), *The quality of life* (pp. 30-53). Oxford: Oxford University Press.
- Sennett, R. (1979). *Les tyrannies de l'intimité*. Paris: Seuil.
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (S. Tellaroli, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1905).
- Zimmermann, B. (2006). Pragmatism and the capability approach. *European Journal of Social Theory*, 9 (4), 467-484.

Recebido em 20 de Maio de 2010
Aceito em 01 de Agosto de 2010

Revisado em 22 de Dezembro de 2010